



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**BRENO EDUARDO CARVALHO NASCIMENTO**

**RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE DE RENDA E CRESCIMENTO  
ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DA CURVA DE KUZNETS NO BRASIL  
DURANTE O GOVERNO LULA, DE 2003 A 2010.**

**GOIÂNIA  
JUNHO/2026**

**BRENO EDUARDO CARVALHO NASCIMENTO**  
**2022.2.0021.0021-8**

**RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE DE RENDA E CRESCIMENTO  
ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DA CURVA DE KUZNETS NO BRASIL  
DURANTE O GOVERNO LULA, DE 2003 A 2010.**

Monografia apresentada à coordenação do curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) como parte das exigências para conclusão do curso de bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos

**GOIÂNIA**  
**JUNHO/2026**

**BRENO EDUARDO CARVALHO NASCIMENTO**

**RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE DE RENDA E CRESCIMENTO  
ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DA CURVA DE KUZNETS NO BRASIL  
DURANTE O GOVERNO LULA, DE 2003 A 2010.**

Monografia apresentada à coordenação do curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) como parte das exigências para conclusão do curso de bacharelado em Ciências Econômicas.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos  
Presidente

---

Prof. Ms. Ary José Apolinário Júnior  
Membro

---

Prof. Ms. Eber Vaz  
Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me sustentar e me conduzir até aqui; aos amigos que conquistei ao longo desta jornada; e a cada professor que contribuiu para a minha formação. Em especial, agradeço ao Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos, meu orientador, cuja orientação foi essencial para a formulação desta monografia. De forma muito especial, meus agradecimentos mais profundos vão à minha mãe, Professora Neda, historiadora, educadora e neuropsicopedagoga. Seu zelo pelo poder transformador da educação e seu amor pela docência foram pilares fundamentais na construção da minha trajetória. Foi ela quem caminhou sob o sol para que eu pudesse trilhar meu caminho à sombra. Seu exemplo reafirma as palavras de Paulo Freire: “não se pode falar de educação sem amor”. A ela, devo todo o incentivo, a dedicação e o apoio incondicional que tornaram esta conquista possível.

.

*“A Economia que não se preocupa com a justiça social é uma economia que condena os povos” - Maria da Conceição Tavares*

## RESUMO

Esta monografia analisa a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil durante o governo Lula (2003–2010), confrontando os resultados com a Curva de Kuznets. O problema central investiga se os indicadores brasileiros corroboraram a teoria de Kuznets, que prevê uma relação em "U" invertido entre crescimento e desigualdade. A hipótese sustenta que a redução da desigualdade não foi efeito natural do crescimento, mas decorreu de políticas públicas de inclusão e redistribuição. Metodologicamente, o estudo utiliza pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem mista e dados do IPEADATA (Gini e PIB per capita). A estrutura divide-se em fundamentação teórica, exame do cenário econômico e análise empírica. Conclui-se que políticas deliberadas foram fundamentais para romper a lógica de Kuznets, oferecendo subsídios para o desenvolvimento inclusivo.

**Palavras-chaves:** Desigualdade de Renda. Curva de Kuznets. Crescimento Econômico.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1</b> – Variação do Salário Mínimo para o Período de 2003 a 2010.....        | 19 |
| <b>Figura 2</b> – Variação do PIB <i>per capita</i> para o Período de 2003 a 2010..... | 28 |
| <b>Figura 3</b> – Curva de Kuznets Brasil (2003-2009) .....                            | 32 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                 |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1</b> – Coeficiente de Gini da Renda Domiciliar <i>per capita</i> de todas as Fontes (2003–2009)..... | 21 |
| <b>Tabela 2</b> – Indicadores Sociais Selecionados (2003–2010).....                                             | 22 |
| <b>Tabela 3</b> – Resultados da Estimação do Modelo da Curva de Kuznets.....                                    | 30 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                       |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                               | <b>10</b> |
| <b>CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>                                     | <b>12</b> |
| 1.1 Desigualdade de Renda e Desenvolvimento Econômico: Conceitos e Medidas. ....                      | 12        |
| 1.2 A Curva de Kuznets: Teoria e Críticas. ....                                                       | 13        |
| 1.3 O Brasil Pré-2003: Estrutura Econômica e Desigualdade Histórica .....                             | 15        |
| <b>CAPÍTULO 02 – ANÁLISE DO PERÍODO 2003–2010: CRESCIMENTO E DESIGUALDADE NO GOVERNO LULA .....</b>   | <b>18</b> |
| 2.1 Políticas Econômicas e Sociais do Governo Lula .....                                              | 18        |
| 2.2 Crescimento Econômico e Inclusão Social: Dados e Indicadores. ....                                | 20        |
| <b>CAPÍTULO 03 – AVALIAÇÃO DA CURVA DE KUZNETS NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010) .....</b> | <b>23</b> |
| 3.1 Dinâmica da Relação entre Crescimento Econômico e Desigualdade ...                                | 23        |
| 3.2 Determinantes da Redução da Desigualdade no Período .....                                         | 24        |
| 3.3 A Curva de Kuznets no Brasil: Interpretações Teóricas.....                                        | 26        |
| 3.4 Interpretação do Caso Brasileiro à Luz da Curva de Kuznets. ....                                  | 28        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                     | <b>33</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                              | <b>35</b> |

## INTRODUÇÃO

A relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico tem sido objeto de intensos debates ao longo da história do pensamento econômico. Uma das contribuições mais influentes nesse campo foi a hipótese formulada por Simon Kuznets, na década de 1950, segundo a qual a desigualdade tende a aumentar nas fases iniciais do crescimento econômico para, posteriormente, diminuir à medida que o país atinge níveis mais elevados de renda *per capita*, originando o que ficou conhecido como a Curva de Kuznets.

Essa proposta teórica, no entanto, tem sido revisitada e questionada, especialmente no contexto de países em desenvolvimento, como o Brasil.

Durante os anos 2000, o Brasil passou por um período de crescimento econômico relativamente robusto, aliado à expansão de políticas públicas voltadas à redução da pobreza e da desigualdade social. Particularmente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), observou-se uma combinação de crescimento econômico, aumento do salário mínimo, ampliação do crédito, fortalecimento do mercado de trabalho e expansão de programas de transferência de renda. Portanto, o período em análise ao ser estudado por essa ótica corrobora para a formulação de políticas públicas que atuam na redução da pobreza e desigualdades.

Diante desse contexto, o objetivo geral desta monografia trata-se de analisar a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil, durante o período do governo Lula (2003–2010), avaliando em que medida o comportamento desses indicadores pode ser interpretado à luz da Curva de Kuznets e como se comportaram os indicadores do período.

Como objetivos específicos, pretende-se: a) apresentar os fundamentos teóricos relacionados à desigualdade de renda, desenvolvimento econômico e à Curva de Kuznets; b) analisar o contexto histórico e econômico do Brasil anterior a 2003, caracterizado por elevados níveis de desigualdade; c) examinar as principais políticas econômicas e sociais implementadas durante o governo Lula; d) avaliar o comportamento da desigualdade de renda e dos indicadores de crescimento econômico no período de 2003 a 2010; e, e) interpretar os resultados observados à luz da teoria da Curva de Kuznets.

Nesse cenário, como problema desta monografia, emerge uma questão central: até que ponto esse período corroborou ou contrariou a hipótese da Curva de Kuznets no contexto brasileiro durante o período do governo Lula (2003–2010)?

Parte-se da hipótese de que a redução da desigualdade de renda observada no Brasil durante o período analisado não decorreu apenas do processo natural de desenvolvimento econômico previsto pela Curva de Kuznets, mas da influência significativa de políticas públicas de inclusão social e redistribuição de renda implementadas nesse período.

Do ponto de vista metodológico, esta monografia caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter científico, com uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), baseada na revisão de literatura especializada e na análise de dados secundários. Para a investigação empírica, foram utilizados dados de periodicidade anual que compreendem a totalidade da série histórica disponível para o período delimitado. Tanto a variável dependente, o Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*, quanto a variável explicativa, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em valores correntes, foram obtidas junto ao banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA). Ademais, a análise fundamenta-se em indicadores econômicos e sociais provenientes de bases de dados oficiais e em estudos acadêmicos sobre crescimento econômico, desigualdade de renda e políticas públicas no Brasil. Quanto aos métodos de abordagem e procedimento, serão adotados o dedutivo, o histórico e a aplicação econométrica da Curva de Kuznets.

Esta monografia está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta os fundamentos teóricos sobre desigualdade de renda, desenvolvimento econômico e a Curva de Kuznets, além de contextualizar a estrutura econômica brasileira anterior a 2003. O segundo capítulo analisa o período de 2003 a 2010, abordando as políticas econômicas e sociais implementadas no governo Lula e os principais indicadores de crescimento econômico e inclusão social. Por fim, o terceiro capítulo avalia a relação entre crescimento econômico e desigualdade no Brasil durante esse período,

discutindo a aplicabilidade da Curva de Kuznets ao caso brasileiro e suas implicações para o crescimento econômico e social.

## **CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO.**

Este capítulo apresenta os principais fundamentos teóricos que orientam a análise da relação entre desigualdade de renda e desenvolvimento econômico nesta monografia. Inicialmente, são discutidos os conceitos centrais de desigualdade e desenvolvimento, bem como seus principais indicadores. Em seguida, aborda-se a Curva de Kuznets, destacando sua proposta teórica de relação entre crescimento econômico e desigualdade, além de suas limitações e críticas. Por fim, é analisado o contexto brasileiro no período anterior a 2003, evidenciando as características estruturais da economia e o histórico de elevada concentração de renda no país.

### **1.1 Desigualdade de Renda e Desenvolvimento Econômico: Conceitos e Medidas.**

O Brasil, desde os anos iniciais de sua formação, apresenta elevados níveis de desigualdade de renda, resultado de uma estrutura econômica historicamente concentradora, baseada em grandes propriedades e na exclusão da maior parte da população dos benefícios gerados pela atividade econômica (FURTADO, 2007). Nesse sentido, é importante distinguir crescimento econômico de desenvolvimento econômico. O crescimento está relacionado ao aumento quantitativo da produção e da renda de um país ao longo do tempo, enquanto o desenvolvimento envolve transformações qualitativas na estrutura econômica e social, refletindo-se na redução das desigualdades e na ampliação das oportunidades para a população (SEN, 2000).

Dessa forma, um país pode apresentar crescimento econômico sem, necessariamente, promover desenvolvimento, caso os benefícios gerados não sejam distribuídos de maneira equitativa. O desenvolvimento econômico vai além do simples crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), englobando melhorias nas condições de vida da população, como acesso à educação, saúde, emprego e bem-estar social. A desigualdade é um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento de economias emergentes, e então percebe-se a necessidade de analisar a desigualdade de renda não apenas sob uma

perspectiva histórica, mas também como uma realidade contemporânea vivenciada pela sociedade, marcada, no início do século XXI, por limitadas perspectivas de transformação. Nesse contexto, a consolidação do capitalismo como sistema industrial, fundamentado na propriedade privada da terra e dos recursos naturais, evidencia elementos centrais para a geração e a perpetuação da desigualdade (PIKETTY, 2014).

A mensuração da desigualdade de renda é medida por diversos indicadores, sendo o mais comum o Índice de Gini, que avalia a concentração de renda utilizando uma escala de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 o dado observado, maior a concentração.

Outro indicador relevante para a análise do desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera não apenas a renda, mas também fatores como educação e longevidade. Esse índice reflete uma abordagem mais abrangente do desenvolvimento, alinhada à ideia de que o bem-estar da população não pode ser medido exclusivamente por variáveis econômicas (PNUD, 2020).

Dessa forma, a compreensão dos conceitos e indicadores de desigualdade de renda e desenvolvimento econômico é fundamental para a análise das dinâmicas econômicas e sociais. No caso brasileiro, essa discussão é particularmente relevante, dado o histórico de elevada concentração de renda e os desafios na construção de um modelo de crescimento mais inclusivo e sustentável.

## **1.2 A Curva de Kuznets: Teoria e Críticas.**

Conforme observa Piketty (2014), a teoria da Curva de Kuznets estabelece uma relação na qual a desigualdade de renda cresce nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico, mas tende a diminuir com o amadurecimento do processo de crescimento.

Essa teoria é centro de debate em diversos cenários de estudo econômico, pois é fundamental para compreender a dinâmica entre crescimento e distribuição de renda. Nesse sentido, busca-se responder também a uma questão: é possível formular políticas que promovam o crescimento econômico

e, simultaneamente, enfrentem o problema da desigualdade? Uma vez que para a teoria, nos estágios iniciais do crescimento, a tendência é de aumento da desigualdade em razão de transformações estruturais, e o processo de redução da desigualdade viria de forma automática nos estágios mais avançados do desenvolvimento de um país.

Assim, o debate contemporâneo não se limita apenas à validação empírica da hipótese de Kuznets, mas também à construção de estratégias que conciliem eficiência econômica e justiça social, sobretudo em países em desenvolvimento como o Brasil.

Para a teoria em questão com o avanço do desenvolvimento, ocorre maior acesso à educação e melhor distribuição de oportunidades, o que leva, em um segundo momento, à redução da desigualdade de renda. Assim, a teoria sugere que o próprio crescimento econômico, ao longo do tempo, contribui para diminuir as desigualdades, embora esse ponto seja amplamente debatido e questionado na literatura econômica contemporânea.

A Curva de Kuznets fundamenta-se na ideia de que o crescimento econômico está associado a transformações estruturais profundas, especialmente na transição de uma economia predominantemente agrícola para uma industrializada. Nesse contexto, a migração da população do meio rural para o urbano tende a intensificar, no curto prazo, a desigualdade de renda, uma vez que os indivíduos que ingressam no setor moderno geralmente recebem rendimentos inferiores aos já estabelecidos. Assim, a dinâmica entre os setores tradicional e moderno contribui para a elevação inicial da desigualdade, refletindo diferenças de produtividade, qualificação e acesso a oportunidades (TAQUES e MAZZUTTI, 2008).

Além disso, a evolução do mercado de trabalho desempenha papel central na reversão desse quadro ao longo do tempo. Com o avanço do desenvolvimento econômico, observa-se a ampliação da oferta de mão de obra qualificada, o que pode levar à redução dos salários desse grupo em razão do aumento da concorrência. Paralelamente, há um crescimento na demanda por trabalhadores menos qualificados, favorecendo, gradualmente, uma melhor distribuição de renda. Dessa forma, a redução da desigualdade não ocorre de maneira automática, mas resulta de mudanças estruturais no mercado de

trabalho e na composição setorial da economia, estando condicionada a fatores econômicos e institucionais mais amplos (TAQUES; MAZZUTTI, 2008).

Essa dinâmica pode ser compreendida a partir da evolução do mercado de trabalho ao longo do processo de desenvolvimento econômico. Nos estágios iniciais, o setor moderno da economia passa a demandar, sobretudo, trabalhadores mais qualificados, em razão das exigências técnicas das novas atividades produtivas.

Esse movimento eleva os salários desse grupo e contribui para o aumento da desigualdade de renda. Contudo, à medida que o desenvolvimento avança, há uma ampliação da oferta de mão de obra qualificada, resultado do maior acesso à educação e à capacitação, o que tende a reduzir o diferencial salarial desses trabalhadores.

Paralelamente, ocorre a expansão de setores como serviços, comércio e construção civil, que são intensivos em mão de obra menos qualificada. Esse processo aumenta a demanda por esse tipo de trabalhador, contribuindo para a elevação relativa de seus rendimentos.

Dessa forma, a combinação entre a redução do prêmio salarial dos trabalhadores qualificados e o aumento das oportunidades para os menos qualificados favorece uma melhora na distribuição de renda, explicando, assim, a tendência de queda da desigualdade nas fases mais avançadas do desenvolvimento econômico.

### **1.3 O Brasil Pré-2003: Estrutura Econômica e Desigualdade Histórica.**

O Brasil que adentra os anos 2003 ainda apresentava diversas fragilidades estruturais em sua economia, refletindo um processo de estabilização relativamente recente e incompleto. A implementação do Plano Real, em 1994, representou um marco no combate à hiperinflação que, até então, corroía o poder de compra da população e gerava elevada instabilidade econômica. A introdução de uma nova moeda e a adoção de políticas de controle inflacionário contribuíram significativamente para a estabilização dos preços, permitindo maior previsibilidade nas relações econômicas (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Nesse sentido, a estabilização monetária também favoreceu a reorganização dos agentes econômicos, ampliando horizontes de planejamento tanto para consumidores quanto para empresas, além de fortalecer a credibilidade das políticas macroeconômicas adotadas pelo Estado.

Entretanto, apesar dos avanços obtidos com a estabilização monetária, o país ainda enfrentava dificuldades relacionadas ao crescimento econômico. Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, a economia brasileira apresentou taxas de crescimento moderadas e, em alguns períodos, instáveis, influenciadas por crises externas, vulnerabilidades fiscais e limitações estruturais internas (BAER, 2008).

Esse cenário evidenciava que a estabilização da inflação, embora fundamental, não foi suficiente para promover um desenvolvimento econômico mais robusto e sustentável. Além disso, a dependência de fluxos de capital externo e a exposição a choques internacionais, como crises financeiras em economias emergentes o que reforçavam a vulnerabilidade do país, limitando sua capacidade de manter um ciclo contínuo de expansão econômica.

Paralelamente, a desigualdade de renda permanecia como uma das características mais marcantes da estrutura socioeconômica brasileira.

Indicadores sociais demonstravam uma elevada concentração de renda, resultado de um processo histórico de formação econômica excludente, marcado por desigualdades regionais, baixa mobilidade social e acesso limitado a serviços essenciais, como educação e saúde de qualidade (HOFFMANN, 2001).

Esse quadro refletia não apenas a herança de um modelo de desenvolvimento desigual, mas também a insuficiência de políticas públicas eficazes na promoção de maior equidade social ao longo das décadas anteriores. Assim, a permanência dessas disparidades indicava que o crescimento econômico observado não se traduzia, necessariamente, em melhoria proporcional das condições de vida para todas as camadas da população.

Portanto, mesmo com a estabilização econômica, os benefícios do crescimento não eram distribuídos de maneira equitativa entre a população. Tal desequilíbrio evidenciava a existência de um hiato entre estabilidade macroeconômica e justiça social, demonstrando que políticas voltadas

exclusivamente para o controle inflacionário não eram suficientes para enfrentar os desafios estruturais do país. Tornava-se, portanto, necessário avançar em estratégias que combinassem crescimento econômico com políticas redistributivas e de inclusão social.

Nesse contexto, o início dos anos 2000 representa um período de transição, no qual o Brasil buscava consolidar a estabilidade macroeconômica ao mesmo tempo em que enfrentava o desafio de reduzir desigualdades históricas e promover inclusão social. Assim, compreender a estrutura econômica e social do período pré-2003 é fundamental para analisar as transformações observadas nos anos subsequentes (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000).

Esse entendimento permite identificar como as bases herdadas desse período influenciaram diretamente a formulação de políticas públicas futuras, especialmente aquelas voltadas à redução da pobreza e à ampliação das oportunidades econômicas.

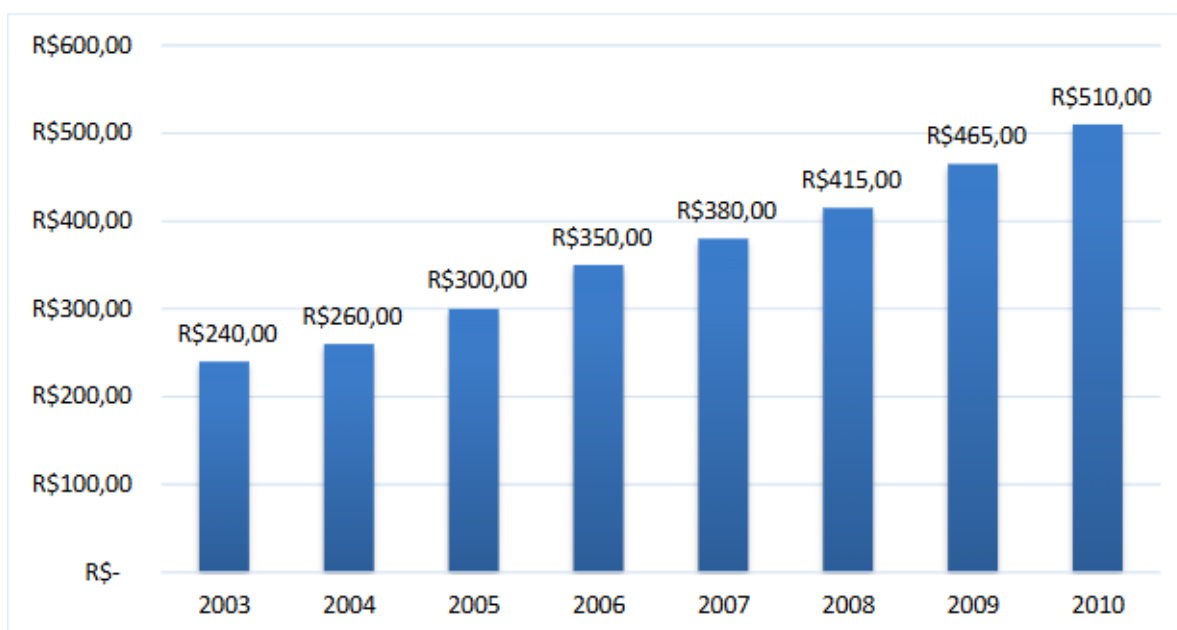
## **CAPÍTULO 02 – ANÁLISE DO PERÍODO 2003–2010: CRESCIMENTO E DESIGUALDADE NO GOVERNO LULA.**

Este capítulo analisa as políticas públicas que foram fundamentais para o combate à desigualdade e à miséria no período em análise, apresentando os indicadores e dados obtidos à época, bem como sua evolução.

### **2.1 Políticas Econômicas e Sociais do Governo Lula.**

A partir de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil passou a adotar um conjunto de políticas sociais voltadas à redução da pobreza e da desigualdade de renda. Destacaram-se programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, um programa de transferência direta de renda voltado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que promoveu a ampliação do acesso a condições básicas de subsistência, aliado a iniciativas de combate à fome, como o Fome Zero.

Paralelamente, houve a valorização real do salário mínimo, contribuindo para o aumento do poder de compra das camadas mais pobres, além da expansão do acesso à educação superior por meio de programas como o ProUni. Essas medidas, articuladas, favoreceram a inclusão social e a dinamização do mercado interno, configurando um período marcado pela tentativa de conciliar crescimento econômico com maior equidade social.

**Figura 1 – Variação do Salário Mínimo para o Período de 2003 a 2010**

**Fonte:** Elaboração própria (IPEADATA, 2025).

Dentre as políticas adotadas no período, a valorização do salário mínimo se apresenta como peça fundamental para compreender o conjunto de medidas adotadas que corroborarão para o resultado da gestão, expressa na Figura 1. A variação positiva do salário mínimo exerceu um papel importante para o crescimento econômico e redução das desigualdades sociais. Isso ocorre porque esse aumento eleva o poder de compra das camadas mais pobres da população, que, em geral, destinam a maior parte de sua renda ao consumo. Esse crescimento da demanda interna impulsiona a produção de bens e serviços, estimulando o mercado e incentivando investimentos.

Além disso, a valorização do salário mínimo contribui para a redistribuição de renda, uma vez que reduz a distância entre os menores e os maiores rendimentos, refletindo diretamente nos indicadores de bem-estar da população.

Somado a isso, é preciso destacar que essas políticas sociais ocorreram sob a égide de um ambiente de estabilidade macroeconômica. O compromisso com o tripé macroeconômico, composto pelo regime de metas de inflação, metas de superávit primário e câmbio flutuante, forneceu a segurança necessária para que o crescimento econômico fosse acompanhado por uma inflação controlada. Essa estabilidade foi crucial para garantir que os ganhos de renda real da

população não fossem corroídos pela inflação, permitindo uma redução sustentada da desigualdade ao longo do período.

Aliado a isso, um dos destaques foi a expansão do acesso ao crédito, que permitiu que camadas da população anteriormente excluídas pudessem consumir e investir em pequenos negócios, dinamizando a economia de base. Houve também um investimento massivo em educação e qualificação profissional, através da expansão das universidades federais e do fortalecimento do ensino técnico, facilitando a inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho qualificado. Além disso, o fortalecimento da agricultura familiar por meio de programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi essencial para garantir a segurança alimentar e a geração de renda no campo, combatendo a desigualdade rural de forma direta.

## **2.2 Crescimento Econômico e Inclusão Social: Dados e Indicadores.**

O desempenho econômico brasileiro entre 2003 e 2010 foi acompanhado por melhorias expressivas em indicadores sociais. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi impulsionado tanto pelo cenário internacional favorável quanto pelo fortalecimento do mercado interno.

No que se refere à desigualdade de renda, o índice de Gini apresentou trajetória de queda contínua ao longo do período, como expresso na Tabela 1, indicando redução da concentração de renda no país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, essa redução foi uma das mais consistentes da história recente brasileira.

Os dados do coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* (todas as fontes) para o Brasil entre 2003 e 2009 evidenciam uma trajetória consistente de redução da desigualdade de renda no período.

Observa-se que o indicador passa de 0,596 em 2003 para 0,554 em 2009, indicando uma queda contínua da concentração de renda ao longo dos anos analisados. Esse comportamento sugere uma melhoria na distribuição da renda entre os indivíduos, refletindo, em termos gerais, uma diminuição da

desigualdade econômica no país. Além disso, houve redução da pobreza e aumento da renda média da população. A formalização do emprego também cresceu, contribuindo para maior segurança econômica e acesso a direitos trabalhistas.

**Tabela 1 – Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* de todas as fontes (2003–2009)<sup>1</sup>**

| Ano  | Índice de Gini |
|------|----------------|
| 2003 | 0,596          |
| 2004 | 0,585          |
| 2005 | 0,582          |
| 2006 | 0,575          |
| 2007 | 0,568          |
| 2008 | 0,558          |
| 2009 | 0,554          |

**Fonte:** Elaboração própria/ IPEADATA (PNAD/IBGE), (2026).

A Tabela 2 revela transformações importantes nos indicadores sociais e econômicos brasileiros entre 2003 e 2010. Os dados demonstram avanços relacionados à redução da vulnerabilidade social, ao aumento da renda da população e à melhora do mercado de trabalho.

Observa-se, inicialmente, a redução da população em extrema pobreza, que passou de 17.265.491 pessoas em 2003 para 15.002.815 em 2010. Esse resultado evidencia a melhora das condições de vida de parcela significativa da população brasileira, associada à ampliação das políticas de transferência de renda e inclusão social. Nesse contexto, programas como o Bolsa Família desempenharam papel relevante ao direcionar recursos para famílias em situação de maior vulnerabilidade econômica.

<sup>1</sup> O ano de 2010 não foi incluído na série devido à mudança metodológica na base de dados (transição PNAD/Censo).

**Tabela 2 – Indicadores Sociais Selecionados (2003–2010)**

| Indicador                              | 2003       | 2010       |
|----------------------------------------|------------|------------|
| População em extrema pobreza (milhões) | 17.265.491 | 15.002.815 |
| Renda média real (R\$)                 | 1.252,61   | 1.490,61   |
| Taxa de desemprego (%)                 | 12,4       | 6,7        |

**Fonte:** Elaboração própria/ BRASIL (2012), IPEA (2011) e IBGE (2011).

Paralelamente, verifica-se crescimento da renda média real do trabalho, que aumentou de R\$ 1.252,61 em 2003 para R\$ 1.490,61 em 2010, representando elevação aproximada de 19% no período. Por se tratar de renda real, os valores já consideram os efeitos da inflação, permitindo avaliar o efetivo aumento do poder de compra da população. Esse avanço esteve relacionado à valorização real do salário mínimo, à expansão do emprego formal e ao crescimento da atividade econômica durante o período analisado.

Além disso, a taxa de desemprego apresentou redução significativa, passando de 12,4% em 2003 para 6,7% em 2010. A diminuição do desemprego demonstra o fortalecimento do mercado de trabalho brasileiro, favorecido pela expansão econômica, pelo aumento do consumo interno e pela maior geração de empregos formais. Em conjunto, esses indicadores sugerem que o período foi marcado por melhora nas condições socioeconômicas e pela ampliação do acesso da população à renda e ao mercado de trabalho.

## **CAPÍTULO 03 – AVALIAÇÃO DA CURVA DE KUZNETS NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA (2003–2010).**

Este capítulo analisa a avaliação da Curva de Kuznets no Brasil durante o governo Lula, no período de 2003 a 2010, apresentando a dinâmica da relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda, bem como os principais indicadores econômicos e sociais observados no período. Além disso, são discutidos os fatores determinantes para a redução da desigualdade, com destaque para as políticas públicas, programas de transferência de renda, valorização do salário mínimo e expansão do emprego formal. Ao final, são apresentadas interpretações do caso brasileiro à luz da Curva de Kuznets, assim como suas implicações para o crescimento econômico e social.

### **3.1 Dinâmica da Relação entre Crescimento Econômico e Desigualdade.**

A relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda constitui um dos principais debates da teoria do desenvolvimento econômico. De acordo com a teoria da Curva de Kuznets, o crescimento econômico tende a provocar, inicialmente, aumento da desigualdade, em razão da concentração dos ganhos econômicos em determinados setores e grupos sociais. Entretanto, em estágios mais avançados de desenvolvimento, a desigualdade tenderia a diminuir em decorrência da ampliação do emprego, da urbanização e da implementação de políticas redistributivas.

Parte da literatura defende que o crescimento econômico contribui para a redução da pobreza e não apresenta relação direta com elevados níveis de desigualdade de renda. Estudos desenvolvidos por Deininger e Squire (1996) e Dollar e Kraay (2002) apontam que o crescimento econômico tende a elevar a renda da população de forma geral, inclusive das camadas mais pobres.

Por outro lado, alguns autores argumentam que elevados níveis de desigualdade podem afetar negativamente o crescimento econômico. Trabalhos como os de Alesina e Rodrik (1994) e Alesina e Perotti (1996) defendem que a concentração de renda pode gerar instabilidade política e social, reduzindo

investimentos e limitando o desenvolvimento econômico de longo prazo. Dessa forma, a relação entre crescimento econômico e desigualdade não apresenta consenso absoluto na literatura, sendo influenciada pelas características institucionais, sociais e políticas de cada país.

Nesse sentido, a dinâmica entre crescimento econômico e desigualdade não ocorre de forma linear, pois depende de fatores econômicos, institucionais e sociais. O crescimento da economia pode ampliar a renda da população, porém seus efeitos sobre a desigualdade variam conforme a distribuição dos ganhos econômicos entre os diferentes grupos sociais. Além disso, a atuação do Estado exerce papel importante nessa relação, principalmente por meio de políticas públicas voltadas à redistribuição de renda, ampliação do emprego e acesso aos serviços básicos.

No caso brasileiro, a relação entre crescimento econômico e desigualdade demonstrou características particulares, uma vez que a expansão econômica observada no período foi acompanhada pela redução das desigualdades sociais. Dessa forma, o caso brasileiro reforça a ideia de que o crescimento econômico pode produzir efeitos sociais positivos quando associado a políticas públicas de inclusão e distribuição de renda.

### **3.2 Determinantes da Redução da Desigualdade no Período.**

A redução da desigualdade de renda no Brasil entre 2003 e 2010 esteve associada a um conjunto articulado de políticas públicas e dinâmicas econômicas que atuaram simultaneamente sobre a renda do trabalho e sobre a renda de proteção social. Nesse período, observou-se uma trajetória consistente de queda do coeficiente de Gini, indicando melhora na distribuição de renda no país. Essa redução não pode ser explicada por um único fator, mas sim pela combinação entre crescimento econômico, expansão do emprego formal, valorização do salário mínimo e ampliação das políticas de transferência de renda.

A literatura econômica aponta que os efeitos da desigualdade e do crescimento econômico são interdependentes. Nesse sentido, Alesina e Rodrik

(1994) e Alesina e Perotti (1996) destacam que elevados níveis de desigualdade podem gerar instabilidade política e reduzir os níveis de investimento, o que compromete o crescimento econômico de longo prazo. Essa abordagem contribui para compreender a importância de políticas redistributivas como elemento não apenas social, mas também econômico.

Essa perspectiva ajuda a interpretar o caso brasileiro, no qual o crescimento econômico do período esteve associado à melhora dos indicadores de renda. No plano metodológico, Deininger e Squire (1996) são fundamentais ao consolidarem bases de dados internacionais de desigualdade, permitindo o uso do coeficiente de Gini como medida sintética da concentração de renda. Esse indicador é amplamente utilizado em estudos empíricos e constitui a principal referência para análise da desigualdade no Brasil.

Entre os fatores internos ao caso brasileiro, destaca-se a ampliação das políticas de transferência de renda. O Programa Bolsa Família, criado em 2003, unificou programas sociais e ampliou o alcance das políticas de combate à pobreza, transferindo renda diretamente às famílias em situação de vulnerabilidade social, com condicionalidades relacionadas à educação e saúde. Esse mecanismo teve impacto relevante na redução da pobreza extrema, especialmente nas regiões mais pobres do país.

Outro fator relevante foi a valorização do salário mínimo, que apresentou crescimento real ao longo do período analisado. Essa política teve efeito redistributivo importante, uma vez que grande parte da população brasileira tem rendimentos vinculados direta ou indiretamente ao piso salarial, o que contribuiu para elevar a renda na base da distribuição.

O aumento da renda das camadas mais pobres também teve efeitos macroeconômicos significativos, ampliando diretamente a demanda agregada, fortalecendo o mercado interno e impulsionando a atividade econômica. Esse resultado é consistente com a teoria keynesiana, segundo a qual famílias de baixa renda apresentam elevada propensão marginal a consumir, destinando a maior parte de sua renda ao consumo de bens e serviços essenciais. Conforme Keynes (1996, p. 58), “assim, uma comunidade pobre tenderá a consumir a maior parte da sua produção de modo que um investimento modesto será suficiente para lhe garantir o pleno emprego”, o que reforça a relação direta entre

maior consumo das camadas de baixa renda e expansão da demanda agregada na economia.

Outro elemento importante foi a expansão do emprego formal. O crescimento econômico do período, aliado à maior fiscalização das relações trabalhistas, contribuiu para a formalização do mercado de trabalho, ampliando o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários e elevando a renda média da população ocupada. Esse processo teve impacto direto na redução da desigualdade ao elevar a renda dos estratos intermediários e inferiores da distribuição.

A expansão do crédito também desempenhou papel relevante na inclusão econômica das famílias de menor renda. O aumento do crédito consignado, do financiamento habitacional e do crédito ao consumo ampliou o acesso dessas famílias a bens e serviços, contribuindo para a dinamização da economia. Ainda que esse processo tenha estimulado o consumo, também representou um mecanismo de integração econômica das classes de menor renda. No campo estrutural, destaca-se a ampliação do acesso à educação superior por meio de programas como o ProUni e a expansão das universidades federais. A educação é um dos principais determinantes da mobilidade social, contribuindo para a redução das desigualdades de longo prazo ao elevar o potencial de geração de renda dos indivíduos.

De forma integrada, esses fatores explicam a redução da desigualdade no Brasil entre 2003 e 2010. A combinação entre políticas de redistribuição de renda, crescimento econômico e inclusão consolidou uma das maiores reduções do coeficiente de Gini na história recente do país, conforme evidenciado pelos dados do IPEA (2026).

### **3.3 A Curva de Kuznets no Brasil: Interpretações Teóricas.**

A relação entre crescimento econômico e desigualdade pode ser analisada à luz da Curva de Kuznets, hipótese que propõe uma relação em formato de “U invertido”, na qual a desigualdade tende inicialmente a aumentar nos estágios

iniciais do crescimento econômico e, posteriormente, a diminuir à medida que o crescimento se consolida (KUZNETS, 1955).

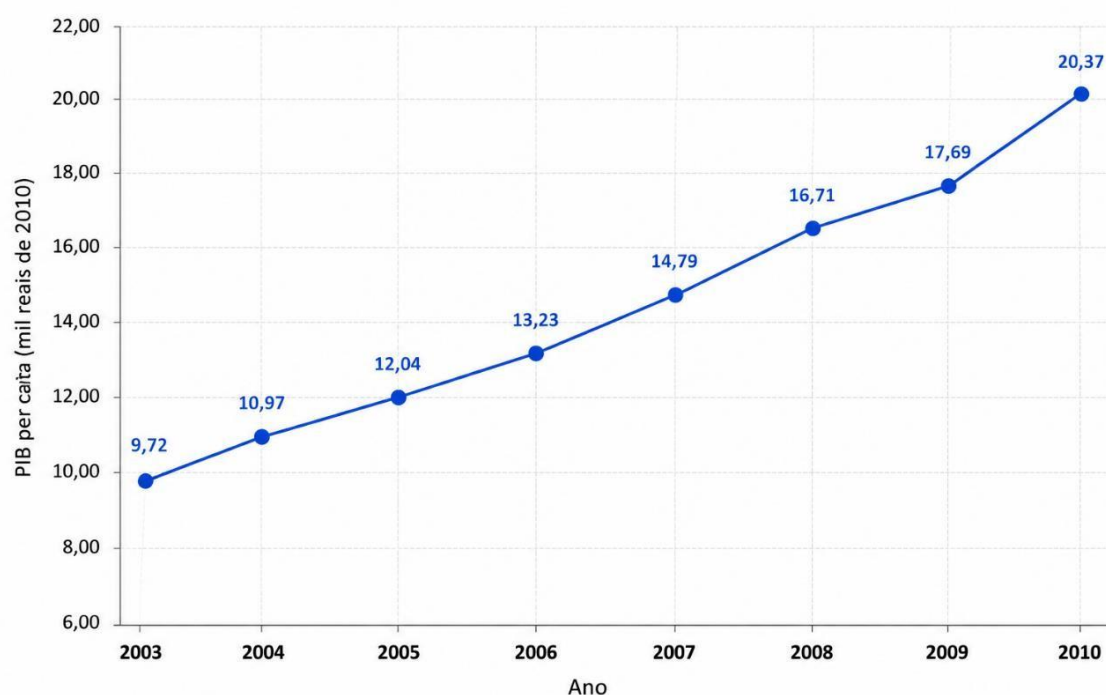
No caso brasileiro, evidências empíricas indicam que, entre 2003 e 2010, houve simultaneamente crescimento econômico e redução da desigualdade de renda. Esse comportamento sugere uma trajetória compatível com a fase descendente da Curva de Kuznets, na qual os ganhos de renda passam a ser mais bem distribuídos entre os diferentes estratos da população.

Entretanto, a literatura aponta que a redução da desigualdade no Brasil não pode ser explicada exclusivamente pelo nível de crescimento econômico. Destacam que fatores institucionais e políticas públicas tiveram papel determinante nesse processo, especialmente por meio da expansão de programas de transferência de renda, da valorização do salário mínimo e da maior inclusão do mercado de trabalho.

Nesse sentido, a experiência brasileira sugere uma limitação da interpretação estritamente tradicional da Curva de Kuznets, ao indicar que políticas públicas redistributivas podem influenciar de forma significativa a trajetória da desigualdade, acelerando sua redução independentemente do estágio de crescimento econômico.

Essa desconexão com a teoria tradicional torna-se evidente ao confrontar a trajetória de queda do Índice de Gini com a evolução da atividade econômica do país. Como pode ser observado na Figura 2, o período em análise foi marcado por uma expansão consistente da atividade produtiva.

**Figura 2 – Variação do PIB *per capita* para o Período de 2003 a 2010**



**Fonte:** Elaboração própria (IPEADATA, 2025).

Portanto, o ciclo analisado representou um momento de ruptura com o padrão histórico de crescimento concentrador brasileiro. Ao priorizar a inclusão social como motor, e não apenas como consequência do desenvolvimento econômico, o país demonstrou a viabilidade de mitigar a desigualdade de forma síncrona à expansão produtiva.

### **3.4 Interpretação do Caso Brasileiro à Luz da Curva de Kuznets.**

A Curva de Kuznets não possui uma formulação matemática única e fixa na literatura econômica. Em termos empíricos, sua validação é construída a partir de análises estatísticas que relacionam o nível de crescimento econômico e o nível de desigualdade de renda (ANAND e KANBUR, 1993). Para modelar essa relação nas análises econométricas contemporâneas, convencionou-se a

utilização de uma especificação funcional polinomial de segundo grau (equação quadrática), descrita da seguinte forma (WOOLDRIDGE, 2016):

A equação utilizada é descrita da seguinte forma:

$$G_i = \beta_0 + \beta_1 Y_i + \beta_2 Y_i^2 + \varepsilon_i \quad (1)$$

Onde:

- $G_i$  = Indicador de desigualdade de renda (Índice de Gini);
- $Y_i$  = Renda ou PIB *per capita*;
- $Y_i^2$  = PIB *per capita* elevado ao quadrado;
- $\beta_0, \beta_1, \beta_2$  = Parâmetros estatísticos a serem estimados;
- $\varepsilon_i$  = Termo de erro estocástico.

Para que a hipótese teórica da Curva de Kuznets seja estatisticamente válida, os sinais dos coeficientes estimados devem apresentar, obrigatoriamente, o seguinte padrão (ANAND; KANBUR, 1993):

$$\beta_1 > 0 \quad \beta_2 < 0 \quad (2)$$

Economicamente, essa restrição de sinais determina o comportamento da curva em dois momentos distintos do desenvolvimento (KUZNETS, 1955):

- **$\beta_1 > 0$  (Fase inicial):** No início do crescimento econômico, o efeito do termo linear domina a equação. Como o sinal é positivo, o aumento da renda ( $Y_i$ ) está associado a uma elevação na desigualdade ( $G$ ).
- **$\beta_2 < 0$  (Fase posterior):** Após a economia atingir determinado nível crítico de renda (ponto de inflexão), o termo quadrático ( $Y_i^2$ ) passa a exercer maior peso na função. Devido ao seu sinal negativo, incrementos adicionais na renda passam a reduzir a desigualdade.

Para testar empiricamente essa dinâmica no cenário nacional, realizou-se a estimação do modelo econométrico por meio do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Esse procedimento permitiu mensurar estatisticamente o impacto do crescimento econômico sobre a distribuição de renda no país. Os coeficientes obtidos, bem como os seus respectivos testes de significância e indicadores de ajustamento global do modelo, encontram-se detalhados na Tabela 3.

**Tabela 3 – Resultados da estimação do modelo da Curva de Kuznets.**

| Variáveis                                                  | Coeficientes          | Erro padrão | Estatística t | Valor-P |
|------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------|---------------|---------|
| Interseção                                                 | 0,6652                | 0,0168      | 39,5834       | 0,0000* |
| PIB <i>per capita</i> (Yi)                                 | -0,00000843           | 0,00000251  | -3,3582       | 0,0283* |
| PIB <i>per capita</i><br>ao<br>quadrado (Yi <sup>2</sup> ) | $1,2 \times 10^{-13}$ | 0,00000000  | 1,3399        | 0,2513  |

**Fonte:** Dados da pesquisa (2026), calculados com base em informações extraídas do IPEADATA (2025) e IPEADATA/PNAD-IBGE (2026).

**Nota:** Variável dependente: Índice de Gini domiciliar *per capita*. Número de observações = 7. R<sup>2</sup>

= 0,993. F de significação = 0,000038. \* *Significante ao nível de confiança de 5%.*

A equação resultante que descreve a relação entre o crescimento econômico e a desigualdade de renda no Brasil, para o período é expressa por:

$$\text{Gini} = 0,6652 - 0,00000843 * Y_i + 0,00000000000012 * Y_i^2 \quad (3)$$

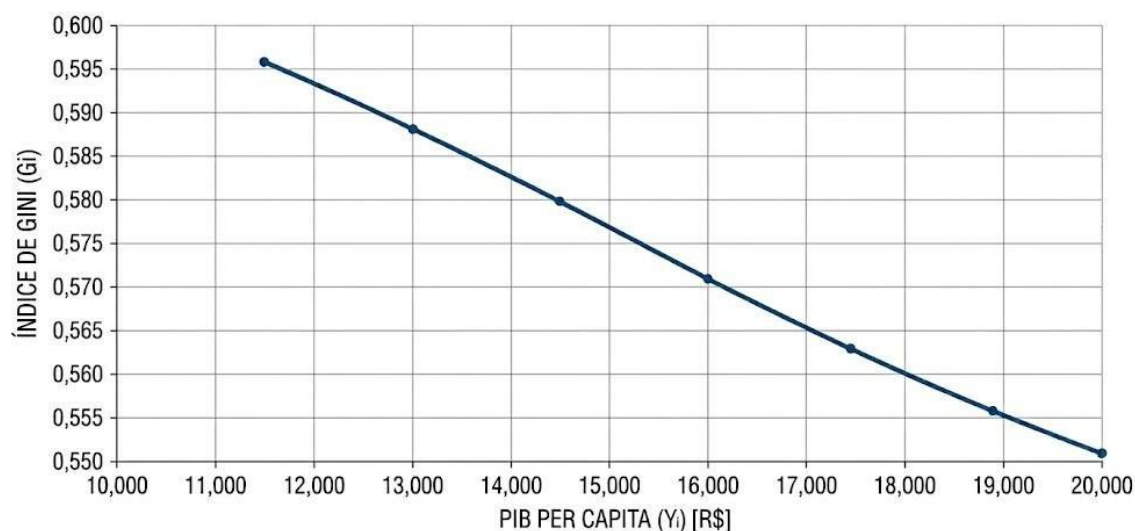
A análise individual dos coeficientes demonstrando que o formato tradicional de "U invertido" proposto por Kuznets não se confirma para o recorte temporal analisado. Para que a hipótese estrita da curva fosse validada, o coeficiente linear ( $Y_i$ ) deveria apresentar sinal positivo ( $\beta_1 > 0$ ), indicando aumento inicial da concentração, e o coeficiente quadrático ( $Y_i^2$ ) deveria apresentar sinal negativo ( $\beta_2 < 0$ ) responsável pelo ponto de virada e posterior queda. Contudo, os resultados demonstraram o oposto: o coeficiente do PIB *per capita* linear apresentou-se negativo ( $\beta_1 = -8,43 \times 10^{-6}$ ) e estatisticamente significativo ao nível de 5% (valor-P = 0,0283), enquanto o termo quadrático não obteve relevância estatística para a amostra (valor-P = 0,2513).

Os dados numéricos provam que, neste ciclo, o crescimento do PIB *per capita* atuou de forma síncrona com a redução da desigualdade (o Índice de Gini declinou de 0,596 em 2003 para 0,554 em 2009), sem passar por um processo prévio de concentração.

Essa inclinação linear estritamente negativa confirma que os arranjos institucionais e as políticas redistributivas implementadas no período foram capazes de 'desviar' o país da rigidez do modelo mecânico de Kuznets. Conforme sugerido pelos dados da PNAD/IBGE obtidos via IPEADATA, a expansão de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, a política de valorização real do salário mínimo e a maior formalização do mercado de trabalho funcionaram como forças exógenas que aceleraram a desconcentração da renda, independentemente de amarras teóricas ligadas ao estágio de desenvolvimento produtivo.

Dessa forma, a modelagem empírica para o período analisado é ilustrada na Figura 3. Nota-se que o comportamento em formato de 'U invertido', proposto originalmente por Simon Kuznets, não é observado no recorte estudado. Em seu lugar, a trajetória estimada configura-se como uma reta estritamente decrescente, evidenciando um processo de desconcentração de renda que ocorreu de forma síncrona ao crescimento econômico.

**Figura 3 – Curva de Kuznets Brasil (2003-2009).**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026), com base nos resultados da pesquisa.

Nota-se que, embora o escopo temporal desta monografia abranja o período de 2003 a 2010, os testes econométricos e a estimação do modelo da Curva de Kuznets foram limitados ao intervalo de 2003 a 2009. O ano de 2010 não foi incluído na série de regressão devido à interrupção na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que tradicionalmente não era realizada pelo IBGE em anos de Censo Demográfico, gerando uma incompatibilidade estritamente metodológica para a variável dependente (Índice de Gini) naquele ano específico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A presente monografia atingiu os objetivos propostos ao examinar a dinâmica entre o crescimento econômico e a desigualdade de renda no Brasil durante o governo Lula (2003–2010). Por meio de uma revisão bibliográfica fundamentada e da análise empírica do modelo econométrico, foi possível não apenas resgatar os conceitos clássicos de desenvolvimento, mas também mapear as especificidades das políticas públicas implementadas no período, cumprindo a trajetória de investigação delineada desde os fundamentos teóricos até a aplicação prática da Curva de Kuznets ao contexto nacional.

Quanto ao problema central desta pesquisa, acerca da aderência do caso brasileiro à hipótese de Kuznets, os resultados apontam para um distanciamento significativo da teoria clássica. Enquanto a proposta original de Simon Kuznets sugere uma relação de causalidade mecânica onde a desigualdade aumenta antes de cair como reflexo natural do amadurecimento econômico, os dados analisados revelaram que, no Brasil entre 2003 e 2010, o crescimento econômico foi acompanhado por uma trajetória de redução contínua e linear da desigualdade, sem a ocorrência do formato de "U invertido" previsto pelo modelo.

Dessa forma, a hipótese levantada inicialmente foi confirmada: a desconcentração de renda observada no período não pode ser atribuída exclusivamente a forças automáticas de mercado ou ao desenvolvimento econômico espontâneo. Pelo contrário, os achados da pesquisa ratificam que a redução da desigualdade foi impulsionada, de maneira determinante, pelo arranjo institucional e pela implementação ativa de políticas públicas de inclusão social, como a transferência de renda, a valorização do salário mínimo e a expansão do mercado de trabalho formal, que agiram como catalisadores exógenos na redistribuição dos frutos do crescimento.

Os anos de 2003 a 2010 no Brasil demonstrou que a redução da desigualdade não ocorre como um efeito mecânico ou colateral do crescimento econômico. Pelo contrário, o período evidenciou que a inversão das curvas de desigualdade foi resultado de intervenções deliberadas do Estado, por meio de políticas públicas estruturantes. Tais medidas permitiram romper com a inércia

dos modelos tradicionais de mercado, provando que o desenvolvimento inclusivo requer um compromisso ativo com a redistribuição.

Em última análise, este estudo permite concluir que o modelo de Kuznets, embora indispensável como referência teórica, revela-se insuficiente para explicar, isoladamente, a complexa realidade socioeconômica brasileira no início do século XXI. Os resultados reforçam que o desenvolvimento não é um processo isento de escolhas políticas; ele é, antes de tudo, o reflexo de prioridades governamentais que podem, ou não converter o crescimento do Produto Interno Bruto em bem-estar social.

Assim, a experiência brasileira desse período reafirma a importância da ação estatal na condução de um crescimento econômico mais equitativo, deixando como legado a evidência de que a desigualdade não é uma fatalidade histórica, mas uma variável suscetível a mudanças através de políticas públicas deliberadas e eficazes.

## REFERÊNCIAS

ALESINA, Alberto; PEROTTI, Roberto. Income distribution, political instability, and investment. **European Economic Review**, [S.l.], v. 40, n. 6, p. 1203-1228, 1996.

ALESINA, Alberto; RODRIK, Dani. Distributive politics and economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 109, n. 2, p. 465-490, 1994.

ANAND, Sudhir e KANBUR, S. M. Ravi. The Inequality-Development Relationship: Does the Kuznets Curve Hold? **Journal of Development Economics**, [S.l.], v. 41, n. 1, p. 65-85, 1993.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 6. ed. São Paulo: Nobel, 2008.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Estimativas da população em extrema pobreza da PNAD ajustadas aos Censos 2000 e 2010: método e resultado**. Estudo Técnico n. 23/2012. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: [Estimação da população em extrema pobreza entre 2000 e 2010 e cenários exploratórios extrapolativos para 2014](#) Acesso em: 16 maio 2026.

DEININGER, Klaus; SQUIRE, Lyn. A new data set measuring income inequality. **The World Bank Economic Review**, Washington, v. 10, n. 3, p. 565-591, 1996.

DOLLAR, David; KRAAY, Aart. Growth is good for the poor. **Journal of Economic Growth**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 195-225, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda no Brasil**: poucos com muito e muitos com pouco. São Paulo: Hucitec, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desocupação fica em 5,3% em dezembro e fecha 2010 numa média de 6,7%**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13969-asi-desocupacao-fica-em-53-em-dezembro-e-fecha-2010-numa-media-de-67?utm\\_source](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13969-asi-desocupacao-fica-em-53-em-dezembro-e-fecha-2010-numa-media-de-67?utm_source) Acesso em: 16 maio 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A década inclusiva (2001-2011)**: desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/journalissue/1acf1727-8e03-4763-9005-23aae806f11b>. Acesso em: 16 maio 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Ipeadata: coeficiente de Gini da renda domiciliar per capita – Brasil (série harmonizada PNAD/IBGE)**. Disponível em: [https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=2096727571&utm\\_source=](https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=2096727571&utm_source=) Acesso em: 16 maio 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Produto Interno Bruto (PIB) per capita (PAN\_PIBCAP)**. IPEADATA. Disponível em: [https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38375&utm\\_source=](https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38375&utm_source=). Acesso em: 16 maio 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Série histórica do salário mínimo no Brasil**. IPEADATA. Disponível em:

[https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=2096727571&utm\\_source=](https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=2096727571&utm_source=).

Acesso em: 16 maio 2026.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. **American Economic Review**, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955. Disponível em: [Economic Growth and Income Inequality](#). Acesso em: 17 maio 2026.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.  
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).  
**Relatório do Desenvolvimento Humano 2020: a próxima fronteira – o desenvolvimento humano e o Antropoceno**. Nova York: PNUD, 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TAQUES, Fernando Henrique; MAZZUTTI, Caio Cícero de Toledo Piza da Costa. Curva de Kuznets: mensuração do impacto do crescimento econômico sobre a desigualdade de renda para os estados brasileiros (1995-2005). **Revista de Economia e Administração**, São Paulo, 2008.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. Tradução de José Antônio Ferreira. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.



## DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

Declaro, para os devidos fins, que o estudante **Breno Eduardo Carvalho Nascimento**, matrícula: 2022.2.0021.0021-8, regularmente matriculado no 8º semestre letivo do Curso de Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, **ESTÁ APTO**, a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 25 de maio de 2026.

Professor/Orientador: Ms. Miguel Rosa dos Santos

Ciente:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** BRENO EDUARDO CARVALHO NASCIMENTO  
Data: 31/05/2026 22:02:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Estudante/Acadêmico: Breno Eduardo Carvalho Nascimento



### **Termo de Autorização de Publicação de Produção Acadêmica**

O estudante, Breno Eduardo Carvalho Nascimento, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula: 2022.2.0021.0021-8, telefone: (62) 99281-7671, e-mail: brenoed30@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Relação entre Desigualdade de Renda e Crescimento Econômico: uma Análise da Curva de Kuznets no Brasil durante o Governo Lula, de 2003 a 2010", gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 12 de junho de 2026.

Assinatura do autor:

Documento assinado digitalmente  
 **BRENO EDUARDO CARVALHO NASCIMENTO**  
 Data: 30/05/2026 17:44:05-0300  
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Nome completo do autor: Breno Eduardo Carvalho Nascimento

Assinatura do professor- orientador:

Nome completo do professor-orientador: Ms. Miguel Rosa dos Santos